



Universidade de Brasília
Faculdade de Educação - FE
Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – ENDICA / Escola
Nacional de Socio educação - ENS

A importância das adolescentes e servidores terem acesso e conhecimento do
Estatuto da Criança e do Adolescente, dentro do Centro socioeducativo de
Internação Feminina de Manaus.

**NARISONETE SOMBRRA PINHEIRO
CAMPELO**

Brasília, 2022



Universidade de Brasília
Faculdade de Educação - FE
Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – ENDICA / Escola
Nacional de Socio educação - ENS

A importância das adolescentes e servidores terem acesso e conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescentes dentro do Sistema Socioeducativo de Manaus.

Narisonete Sombra Pinheiro Campelo

Trabalho de conclusão do Curso de Especialização em Garantia dos Direitos e Política de Cuidados à Criança e ao Adolescente.

Orientador: Dayane Silva Rodrigues.

Brasília, 2022
Data de Avaliação

Narisonete Sombra Pinheiro Campelo

**A importancia das adolescentes e servidores terem
acesso e conhecimento do Estatuto da Criança e do
Adolescentes dentro do Sistema Socioeducativo de
Manaus.**

Trabalho de conclusão do Curso de
Especialização em Garantia dos Direitos e
Política de Cuidados à Criança e ao
Adolescente.

Orientador: Dayane Silva Rodrigues

Aprovado em:06/ 03/ 2022

Banca Examinadora

Potyguara Alencar dos Santos

Avaliador externo

Dayane Silva Rodrigues

Orientador

Resumo

Este estudo buscou analisar a concepção do conhecimento das adolescentes e servidores acerca do Estatuto da Criança e Adolescente, dentro do centro socioeducativo na cidade de Manaus AM.

Com objetivo de contribuir, na ressocialização, educação no conhecimento e fortalecimento e aprimoramento das Adolescente e servidores tornando-se o ambiente mais agradável e seguro, para aqueles que estão restrito de liberdade que merece atenção especial, pela sua vulnerabilidade vista na condição peculiar da pessoa em desenvolvimento.

A pesquisa pretende-se trazer aos profissionais do Sistema Socioeducativo de Internação feminina da cidade de Manaus, Amazonas. A importância do fortalecimento das políticas públicas através do ECA, que garantem os direitos das adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativa, visando a ética e o respeito aos direitos humanos, tendo como elemento norteadores das ações Socioeducativas.

A pesquisa tem o caráter qualitativo dos relatos das redações escritas pelas adolescentes agente socio educadora social.

Palavras -chave: ECA; direito e conhecimento, adolescentes, autor infracional.

SUMÁRIO

1. Introdução	1
2. Metodologia	6
3. Levantamento, Análise e Resultado.....	7
4. Conclusão.....	18
5. Referências.....	20

Lista de ilustrações (tabelas, quadros e figuras)

Representação das redações: Através das letras (A, B, C, D, E).

Das adolescentes e Servidora do Centro Socioeducativo de Internação de Manaus.

Lista de abreviaturas, siglas e símbolos

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescentes.

SINASE- Sistema Nacional Atendimento Socioeducativo.

CONADA- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

UnB- Universidade de Brasília.

SEJUSC- Secretaria de Estado de Justiça Direitos Humanos e Cidadania.

1.Introdução

No Brasil, após a Constituição Federal CF (Brasil, 1988) vem ocorrendo grande avanço no aparato legal no que tange a proteção integral da criança e do adolescente como cidadã de direitos em desenvolvimento.

E para reforçar o direito da criança e adolescente foi criando o ECA, instituído pela Lei 8.069 no dia 13 de julho de 1990, ela trouxe uma nova conceituação de infância e adolescência, representa um grande avanço em métodos que assegura em seus 267 artigos, todos os direitos inerentes ao desenvolvimento da criança e do adolescente independente de classe social.

Ele exige dos governos municipais, estaduais e federal a implementação de políticas públicas direcionadas às crianças e os adolescentes, assegura no Art.5º que: Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (BRASIL,1990, P.15).

O ECA nasceu como contraponto à Política Nacional de Bem -Estar do Menor no Brasil, (representando pelo decreto 17.943-A, de 12/10/1927) conhecido como Código Mello Mattos, pela Legislação Brasileira), tendo como base doutrinária a Proteção Integral a todas as crianças e jovens do país, que passaram a ser considerados sujeitos de direito, não mais objetos de proteção. A crianças e os adolescentes têm, portanto, direito à liberdade, ao respeito e a dignidade como pessoas humanas em processos de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais. Em seus capítulos, artigos e parágrafo.

O ECA discorre sobre as condições necessárias como desenvolvimento físico, mental, social, moral, espiritual em condições de liberdade e dignidade a que todas as crianças tem direito.

Diante do exposto, este trabalho terá como problematização a seguinte questão: Identificar se as adolescentes têm conhecimento a respeito das políticas e leis que garantem seus direitos?

Como o conhecimento sobre o ECA pode contribuir na relação dos adolescentes com os servidores no sistema socioeducativo de internação feminina na cidade de Manaus /Amazonas? Quais as possibilidades de acesso e conhecimento das adolescentes e servidores sobre o Estatuto da criança e do adolescente ECA, no centro socioeducativo de internação feminina?

Segundo (FERREIRA, 2010, P1306) Acredita-se que o conhecimento do ECA pelas crianças e adolescentes constitui o primeiro passo necessário para o exercício de sua cidadania. Conhecer, neste contexto, tem a ver com o conceito dado pelo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, de formar ideias, entender, compreender

Conforme (ATONOMIA, FLORIANA(UFP),12,12,2011). Acriança e o adolescentes tem esses direitos de aprender sobre o respeito, sobre os direitos dela, acho que era até interessante na escola colocar sobre os direitos e os deveres da criança e do adolescente, da mesma maneira que se aprende as disciplinas básica; português, matemática. Isso, eu acho, que é ter um ensino de qualidade.

De acordo com (SCHEINVAR; LEMOS 2012). Uma escola que oferece o mínimo funciona para manter um quadro de desigualdade perversa e ainda figura como favor e não como direito com vistas a produzir gratidão e conformismo.

Como esclarecer FERREIRA (2011, p.72), O desenvolvimento da criança e do adolescente traz implicitamente a torna a questão da qualidade de ensino, posto que somente uma educação de qualidade pode favorecer esse desenvolvimento.

Segundo o autor (ROUSSEAU) A escola tem uma função Social uma responsabilidade muito grande no desenvolvimento das relações concepções pratica e valores de cada ser. Segundo o autor

FERREIRA (2008) Salienta que através do ECA o direito a educação ganhou destaque, o qual apresentou mecanismo legais para sua garantia. O autor enfatiza a necessidade dos profissionais conheçam a lei para que seu cumprimento ocorra adequadamente.

OLIVEIRA (2010) Afirma que é preciso que os profissionais estejam agregados a uma cultura de integração e de, constituindo a comunidade socioeducativa. Nesse processo, o diretor tem um papel fundamental de orientar os servidores, agindo de forma democrática, confiável e realística para obter o comprometimento e a integração do grupo.

De acordo com (IASP,207) Este mesmo profissional precisa saber trabalhar em equipe; assumir o compromisso de seguir as normas da unidade e as orientações recebidas; estabelecer uma boa comunicação com seus colegas, mantendo se informado e repassando as informações para outros turnos de trabalho; mostrar presença na relação com os adolescentes, adotando uma postura firme e comunicando-se com clareza e segurança; observar o sigilo e discrição em seus posicionamentos e comentários.

A AUTORA (IASP,2007) também afirma que é importante revelar idoneidade, sendo capaz de servir como um bom modelo nas suas atitudes e nos seus valores; demonstrar imparcialidade e senso de justiça; respeito às diversidades

étnicas, culturais, de gênero, credo, opção sexual, capacidade de observação e atenção; bom senso nos julgamentos e decisões, demonstrar sempre sensibilidade; capacidade de manter o autocontrole em situações de tensão; equilíbrio emocional, não permitindo que seus problemas pessoais interfiram na relação com os adolescente.

Conforme (HUNTER,2006): Desta forma, a atuação dos socio educadores se dá de forma integrada e comprometida com uma visão global do adolescente, independente das diversas formações; é preciso haver a construção da identificação com os profissionais, pois ensinar é dar o exemplo.

De acordo (NETO 1998, p.33), "a necessidade de um atendimento especial -educacional- para este público funda-se pela sua condição peculiar", ou seja, de pessoas em desenvolvimento.

A autora CHALITA (2004, p.126): Esclarece que formar um cidadão é formar um membro da sociedade com visão de liderança de participação, de interação que não esteja alijado de processos decisórios por que sabe como intervir em questões de seu interesse e da sua comunidade, que por isso é crítico, é atualmente, e responsável.

DE acordo com MANZINI (2010, p.90): É preciso haver uma educação para a cidadania. A violência perpassa o cotidiano das pessoas de inúmeros segmentos, especialmente das mulheres, presos negros, crianças, {adolescentes {e idosos. Há um sofrimento que tem lugar no âmbito privado e não vem a público, a não ser que essas pessoas tomem consciência de seus direitos como cidadãos e se organizem para lutar por eles. OU que haja pessoas (grupos, organizações) que possuam ajuda-los a se organizar na direção da cidadania, de que têm direitos.

É criar espaços para reivindicar os direitos, mas é preciso também estender o conhecimento a todos, para que saibam da possibilidade de reivindicar.

OBJETIVOS

Este trabalho tem como Objetivo Geral: Conhecer as principais dificuldades encontradas pelos adolescentes e servidores sobre o acesso e conhecimento dos conteúdos do Estatuto da Criança e do Adolescente ECA, no Sistema Socioeducativo de internação feminino na cidade de Manaus Amazonas.

OBJETIVO ESPECÍFICO

E tendo como Objeto Específico:

- I- Identificar se os adolescentes têm conhecimento a respeito das políticas e leis que garantem seus direitos.
- II- Como o conhecimento sobre o ECA pode contribuir na relação dos adolescentes com os servidores no sistema socioeducativo de internação feminina na cidade de Manaus/Amazonas;
- III-Quais as possibilidades de acesso e conhecimento das adolescentes e servidores sobre o Estatuto da criança e do adolescente ECA, no centro socioeducativo internação feminino.

JURTIFICATIVA

O presente estudo é de fundamental importância para mim, na qual pude observar desde período do meu estágio do curso de serviço social no ano 2018, que fiz no sistema socioeducativo de internação masculino e também por ter trabalhado na função de educadora social no sistema de medidas socioeducativa de internação masculino, e hoje no feminino, pude observar que a maioria dos adolescentes que adentra nas unidades, não tem conhecimentos de seus direitos e deveres estabelecidos no Estatuto da Criança e Adolescente ECA.

Em decorrência dessas observações, levou-me a elaborar o presente estudo como forma de trazer a reflexão dos gestores e coordenadores do Sistema Socioeducativo de Internação Feminina na cidade de Manaus sobre a importância de trazer o conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente e das Leis, para todas as adolescentes e servidores que adentam na unidade.

Com este estudo pretende-se intervir às práticas e tarefas abusiva do autoritarismo, por parte de alguns profissionais que desconhece os direitos e deveres dos adolescentes em medidas socioeducativa, deixando de cumprir os direitos dos adolescentes previsto na Lei nº 12.594/12 do SINASE previsto em seu artigo 35, que determina que o adolescente não pode receber tratamento mais gravoso a que aquele conferido a um adulto.

E com essa temática, pretende-se levar a UNIVESIDADE DE BRASÍLIA UNB. o conhecimento para outros pesquisadores que estiverem interessados em analisar essa temática com mais profundidade, e contribuir com o conhecimento dos acadêmicos como formar de incentivar e encorajar pessoas, no empoderamento dos direitos da criança e adolescentes como forma de

reivindicar, e intervir todas as pratica de violência e violação contra crianças e adolescentes, para que seus direitos sejam garantindo.

Este estudo vem somar esforço com aos profissionais do Sistema Socioeducativo de internação feminina da cidade de Manaus Amazonas. do fortalecimento das políticas que garantem os direitos das adolescentes em medidas socioeducativa, visando a ética e o respeito aos direitos humanos, tendo-se como elementos norteadores das ações socioeducativas e pública.

O Estudo pretende propor aos profissionais que atuam na linha de frente com crianças e adolescentes que os mesmos tenham conhecimento do ECA Estatuto da Criança e Adolescente, e as demais leis que assegura o direito da criança e adolescentes como: O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescentes -CONANDA, O Sistema Nacional de Atendimento socioeducativo SINASE, CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

Para que os mesmos possam contribuir, na ressocialização, educação no conhecimento e fortalecimento e aprimoramento dos adolescentes, torna-se o ambiente mais agradável para aqueles que estão restrito de liberdades que merece atenção especial pela sua vulnerabilidade vista na condição peculiar da pessoa em desenvolvimento previsto no art. 227 da Constituição Federal 1988- No 4º da ECA.

Esse estudo está baseado na importância do conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente para as adolescentes e servidores do Centro Socioeducativo de Internação Feminina na cidade de Manaus AM.

2. Metodologia

O estudo encontra-se fundamentado na teoria a pesquisa de campo, foi elaborado a partir dos estudos levantado através da abordagem qualitativa, através do método descritiva que cabe a pesquisadora fazer o estudo, análise, o registro e a interpretação que envolvem as observações das redações de acordo com (Marconi e Lakatos,2017).

O estudo foi feito através de redações representadas pelas letras (A, B, C, D, E) com objetivo de analisar, qual era a concepção das adolescentes e servidores sobre o conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente ECA dentro da unidade socioeducativa de internação Feminina da cidade de Manaus AM.

A pesquisa foi realizada no Centro socioeducativo de Internação feminina localizado na cidade Manaus /Amazonas, com (01) servidora representando a categoria dos agentes educadores sociais (04) adolescentes, que estão em cumprimento de medidas socioeducativa, cada letra representa uma pessoa (A, B, C, D) representa as adolescentes de Internação Feminina, a letra (E) representa a Agente Social Socioeducativo que representa toda a categoria dos servidores da unidade.

As redações foram realizadas em uma sala de aula da unidade socioeducativa, coordenada pela Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania SEJUSC. O centro dispõe de capacidade para 20 (vinte) vagas para adolescente em cumprimento de medidas socioeducativa, sendo 3 (três) medida provisória, 5 (cinco) medidas semiliberdade, 12(doze) medida internação. Com equipe multiprofissional composta Assistente Social, Psicóloga, Pedagoga, Técnico de Enfermagem, Agente socioeducativo, assistente administrativo e Direção.

Este tema tem como finalidade: Identificar se as adoentes têm conhecimento a respeito das políticas e leis que garantem seus direitos? Como o conhecimento do ECA pode contribuir na relação das adolescentes com os servidores no sistema socioeducativo de internação feminina na cidade de Manaus /Amazonas? Quais as possibilidades de acesso e conhecimento das adolescentes e servidores sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente ECA, no centro socioeducativo internação feminina?

A Escolha do local da pesquisa partiu da experiência vivenciada no decorrer da minha atuação como Educadora Social no sistema socioeducativo internação feminino na cidade de Manaus /Amazonas. Onde me deparei como violações de direitos e fragilidade em relação de adolescente e servidores dentro do sistema socioeducativo de internação feminina.

Diante das observações, foi feita análise de cada redação em busca de resposta para os objetivos citados acima. Cada

3. Levantamento, Análise e Resultado

A trajetória da Análise e resultados foi realizado através de redações prescritas por (01) servidor representando a categoria dos agentes socioeducador, pelas as adolescentes na faixa etária de (14 a18) ano de idades, (1º) cursando o ensino médio a (2º) outra com ensino médio completo, (3º) estudou até o 5º ano letivo, (4º) estudou até a quarta série, todas em cumprimento de medidas socioeducativa na cidade de Manaus, Amazonas (AM). Conforme estabelece o ECA, 3 aplicadas somente em adolescentes consentimento autor de ato infracional.

Todas as adolescentes se disponibilizarão a fazer a redação que foi realizada nua sala de aula da unidade, as adolescentes e servidores foram informados sobre o objetivo e o direcionamento da pesquisa, antes das adolescentes iniciarem a redação, uma adolescente informou que não sabia escrever e nem ler corretamente, que na sua escrita teria muito erros de português, a mesma no momentos que estava fazendo a redação demonstrou pensativa, segundo ela estava procurando em seus pensamentos a maneira de rescrever corretamente. (LUCKESE2011, p.116), afirmar que psicologicamente, quando o educando na compreender o que está sendo exposto, ausenta-se.

A coleta foi feita através de cinco redações que denominar uma forma de fazer um estudo mais detalhadamente e centralizado de analisar o tema que no caso se direcionou o conhecimento do ECA, Estatuto da Criança e Adolescente. Foi usado na pesquisa de campo a metodologia qualitativa, e método o relato escrito, a primeira ação foi investigar a concepção dos adolescentes e servidores sobre o tema da redação. Qual era a concepção de cada um sobre o conhecimento do Estatuto da Criança e Adolescentes dentro da unidade socioeducativa de internação feminina na cidade de Manaus, Amazonas.

Essa pergunta foi respondida por 04 adolescentes e 01 servidor através das redações transcritas em resumo, que serviram para uma visão analítica de diagnóstico e introdutória para a pesquisar. O estudo foi analisado por meio da categorização de análise dos conteúdos de cada redação, apresentada pelas letras (A) que representa a primeira redação da adolescente, (B) a segunda (C) a terceira (D) a quarta (E) Quinta e

REDAÇÃO (A)

O ECA tem uma grande importância para mim como adolescente me ajudando em período de desenvolvimento psicológico, aplicando medidas de proteção a primeira vez que eu tive conhecimento do ECA, foi quando eu passei a cumpri

medidas socioeducativa, no MARIZE MENDES Manaus AM. Quando foi comemorado o dia do ECA, não tenho todos os conhecimentos do direito da criança e adolescente, mesmo tendo o ensino médio completo não tinha esse conhecimento que o ECA protege, reeducar, cuida da nossa saúde mental, encaminha para o juiz, e que nós adolescentes temos direito e deveres.

Aqui na unidade temos os nossos deveres de estudar, fazer cursos, cuidar da nossa higienização, do nosso alojamento mantendo sempre limpo, aqui tem horário para fazer as refeições, para dormir, para tudo.

Com o direito que tenho sobre a saúde, recebi atendimento psicológico, psiquiatra várias vezes, eu precisava muito, com a medida socioeducativa vi saber como e um atendimento psicológico e social.

Com a medida aprendi dar valor e respeitar as pessoas, a familiar a liberdade, aprendi a refletir no erro que comentei e mim arrependo muito, não faria nunca mais o que fiz.

ANÁLISE DA REDAÇÃO (A).

Na Sequência, analisamos a redação(A) produzida pela adolescente que expressa a importância ECA, no seu desenvolvimento psicológico, percebe-se que antes das medidas socioeducativas a mesma não tinha nenhum conhecimento sobre o ECA, a primeira vez que adquiriu esse conhecimento foi através da comemoração do dia internacional do Estatuto da Criança e adolescentes 13/07/1990, dentro da unidade.

O que se observar e que o Estatuto da Criança e do adolescente sendo um documento constitucional e com grade arcabouço teórico e com 30 ano de existência o conhecimento sobre essa lei ainda e escassos.

E possível perceber através da redação que a adolescente adquiriu poucos conhecimentos dentro da unidade sobre seus direitos e deveres, mas o pouco que adquiriu, trouxe a ela mudança significativa no seu cotidiano em termo de valores com a família, liberdade e compreensão de refletir sobre a infração cometida.

Ficou compreendido no ponto de vista da adolescente, que o ECA reeducar, protege, reeducar, cuida da saúde metal, encaminha para o Juízo, que através dos direitos estabelecendo referente a saúde ela teve a segurado os atendimentos nos especialistas de cada área que a mesma necessitava.

Com o relato da adolescente demonstra que o pouco de conhecimento que tem adquirido, tem contribuindo para ressocialização e desenvolvimento, mas

sabemos que a instituição ainda apresenta fragilidade na explanação desses conhecimentos.

Nesse sentido, é possível considerar segundo Coutinho e Lisboa (2011) que o conceito de informação, conhecimento e aprendizagem no contexto da globalização, dá a exacerbação de recursos tecnológico, avanços científicos, na interação que "derrubou fronteiras entre países, cultura e pessoas, assim como expandiu e acelerou a difusão sucesso e o conhecimento.

Autor salienta que as formas disponíveis para aprender e, nesse contexto, a escola e desafiada diante das constantes mudanças na sociedade, na qual entendem que o conhecimento pode ser aprendido por significação, interiorização, reflexão, estabelecendo conexões e por aprendizagem significativa. Nesse sentido é possível considerar aspectos em que essas transformações inferem nas formas de acessos do conhecimento e da informação relacionado a educação.

Diante da forma de expressão da adolescente, percebe-se que, as medidas socioeducativas sendo um processo pedagógico fica a vista que existem uma lacuna no que disse respeito o aprendizado e conhecimento ECA dentro da unidade de internação feminina, sendo o SINASE um conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolvem desde o processo de apuração de ato infracional, até a execução de medida socioeducativa.

Para SAVIANI (2011, p.14), sua função principal é socializar o saber sistematizado, elaborado e propiciar meios para acessá-lo. EKER (2013) afirma que "aprendizagem, entendida como transmissão.

REDAÇÃO (B)

O que posso falar do ECA, e que vir ter conhecimento quando comecei a cumprir medidas socioeducativa, através dos atendimentos com a equipe técnica da unidade então não sabia , foi ai que eu passei a saber o que era medida socioeducativa, eles mim falaram que o eca garantia direito a educação, saúde , e atendimento jurídico, por isso eles iriam mim levar no médico, eu iria voltar estudar, foi ai que eu vi saber o que era o eca .

Eu pensava que o conselho tutelar era a mesma coisa do ECA, eu pensei que era uma coisa só, no 5º ano parei de estudar, a dor que carregava da minha mãe ter mim abandono, impediu deu fazer muita coisa na vida, sentia só, mesmo tendo o amor da minha vizinha e do meu vô que mim ama muito e só que meu bem, como meu pai tinha morrido no assalto, eu fui criada com eles.

Agora comecei estudar novamente e começou a clarear as coisas na minha cabeça, como tinha fugido de casa e mim envolvi com coisas erradas e foi recolhida pra cá, ajo que vou aprender alguma coisa aqui na escola.

Quando estamos, aí fora não damos valor a liberdade, nem o estudo, queremos curtir a vida, ajamos que tudo e beleza, bacana, pra gente ajamos que tudo e ostentação, temos muitos amigos, ajamos que tudo em nossa volta e do jeito que queremos, no momento não pensamos o que pode acontecer.

Quando sai daqui vou mora novamente com minha vizinha e o vô, como eu tinha fugido de casa, e agora com atendimento psicológico estou bem melhor, agora quero do orgulho pra eles.

ANÁLISE DA REDAÇÃO (B).

Dando procedimentos a análise das redações que tem como objetivo conhecer se as adolescentes tem conhecimento acerca do ECA, ficou tão evidente na redação (B) que adolescente antes de cumprir medidas socioeducativa se encontrava em extrema situação de vulnerabilidade psicológica, social e familiar, foi possível analisar a escolaridade da adolescente que no 5º ano, não sabia diferenciar o Estatuto da Criança e do Adolescente, com o Conselho Tutelares que tem a responsabilidade deliberar e controlar a política de atendimento, bem como monitorar e avaliar sua execução para que de fato se aprimore o atendimento aos adolescentes (NETO, 1998).

Percebe-se que a adolescente só passou até alguns conhecimentos de seus direitos através dos atendimentos realizados na unidade, isso demonstra que a Escola do centro de internação feminina na cidade de MANAUS Amazonas, e também algumas escolas não disponibilizar desses conhecimentos a criança e adolescentes em sala de aula.

Através disso fica nítido que as escolas tanto do centro socioeducativo como outras escolas, segundo (BRASIL 1996) não determinar o que está estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, que determinar que a escola ensine o ECA e seja também cumpridora desses preceitos, por isso, e de extrema importância que se entenda a necessidade das crianças e adolescentes, sujeito de direitos, saibam e reconheçam que têm o direito de ser protegidos pelo ao tomar conhecimento do ECA.

Para que essa proposta de educação ocorra, os atores envolvidos no ato educativo, necessita de uma formação centrada nos direitos humanos, o que ocasionará em interações que envolvem democracia, e interações pacíficas, visionando o desenvolvimento de valores, atitudes e condutas que possibilitem

uma convivência e segurança no ambiente escolar de maneira que possa conscientizar e sensibilizar as pessoas para importância do respeito ao ser humano (POZZER,2021).

Ainda se tratando do perfil da escolaridade da adolescente, a mesma afirmou que ausência da mãe fez com que saísse de casa e desistisse de estudar, neste contexto percebi se com base no princípio da dignidade da pessoa humana, o Princípio da Convivência Familiar(art.19º), garante que toda a criança e adolescente sejam educador no sei familiar e excepcionalmente em família substituta e em ambiente livre de pessoas dependentes de entorpecentes.

Na redação da adolescente percebeu que a desestruturação familiar trouxe umas sérias consequências no aprendizado e no desenvolvimento da adolescente, como dificuldade em relacionamento social, transtorno de comportamento, cometimento de atos infracionais.

Com base na análise da redação e importância salientar segundo (COSTAS; BRIGAS,2007), que a proteção e a promoção da qualidade de vida de crianças e adolescentes representam desafios e cuja amplitude e complexidade ultrapassam aqueles que as agências de saúde pública habitualmente. de acordo com ator este importante segmento da a população é mais vulnerável, por que é formado de pessoas em condição peculiar de desenvolvimento para enfrentar sozinhas as exigências do ambiente.

É importante frisar que os desafios encontrados na implementação dos direitos da criança e dos adolescentes estão relacionados as questões sociais e economia e até mesmo culturas, mesmo sendo as crianças e adolescentes sujeitos de direitos a dificuldade de ter acesso para as familiar pobres fica a desejar.

Mesmo sendo um documento constitucional com grande arcabouço teórico e práxis o Estatuto da Criança e do adolescente não se torna totalmente vigente no cenário social.

REDAÇÃO (C)

Eu não sei do que se tratar o ECA, quanto foi pega fiquei muito assustada com muito medo, pesei que iria por presídio que lá seria meu fim, chorei muito não sabia o que poderia acontecer comigo.

Quando cheguei na unidade fiquei com muito medo de alguém me machucar, mais quando cheguei aqui vi que era uma casa diferente do que pesava.

Não sei ler e não sei escrever muito bem, como faz pouco tempo que cheguei aqui ainda não ouvi falar do ECA, só agora com essa redação por isso que não tenho muito o que falar.

Sou do interior bem longe de Manaus, estudei até a quarta seria por que tinha que ajudar meus pais na plantação da roça do milho, melancia por que eles não têm emprego, vivemos com dinheiro dos produtos que eles vedem para sustentar eu e meus irmãos.

como não tinha conhecimento o que era droga, comecei a vender, pesava eu que poderia vender, como não sabia o que realmente era, não usava por que eu tinha que dar conta do dinheiro, por esse motivo e que estou aqui

Cheguei faz pouco agora na unidade ainda não sei muito bem como vai, ser está ainda muito confusa na minha cabeça. Só foi sabe o que estava vendeu quando foi detida, estou com muita vergonha do que fiz.

ANÁLISE DA REDAÇÃO (C)

Diante da análise desta redação devemos refletir, sobre quantas crianças e adolescentes no mundo chegam as escolas públicas e nos centros socioeducativos com distorção de idade e série e com baixo nível de leitura e escrita, como nos mostra a realidade da adolescente, de acordo com sua redação são inúmeros os motivos que contribuem para essa problemática, dentre eles podemos ver a exploração do trabalho infantil, o uso de entorpecentes, , todos esses fatores contribuem diretamente no baixo índice de escolaridade, que acarretou em reprovação e abandono escolar por parte da adolescentes.

Na expressão da escrita da adolescente fica claro que a mesma não tem noção o que significava o Estatuto da Criança dos adolescentes ECA, e triste saber que com tantas leis que garanti a proteção integral de crianças e adolescentes não e valorizar e nem conhecida por muitos, o que vemos através da redação da adolescente e a exploração do trabalho infantil que representa uma violação aos direitos fundamentais das crianças e adolescentes, que priva de desfrutar de uma infância saudável.

No artigo 69 do Estatuto da Criança e do adolescente elenca os critérios quanto á profissionalização do adolescente, a qual deve observar a condição peculiar de pessoas em desenvolvimento, bem como a adequação da capacitação profissional ao mercado de trabalho (BRASIL,1990).

Muitas crianças e adolescentes como a autora da redação, não podem ir à escola porque necessitam trabalhar; outros deixam de frequentar a escola pela falta de recursos econômicos para o custeio do material mínimo necessário; outros revezam o trabalho com a escola, o que geralmente ocasiona resultados muito precários, havendo, ainda, certos casos de resistência da própria família quanto à frequência escolar. (CUSTÓDIO, VERONESE, 2007).

A qualidade no desempenho escolar do ser em peculiar condição de desenvolvimento também é atingida em razão da exploração da mão de obra infantil, o que acarreta a retirada precoce da escola, a fim de mantê-los no trabalho. (LEME, 2012)

As consequências educacionais envolvem a dificuldade de acesso à escola, geralmente em razão das longas jornadas, a dificuldade de permanência, infrequência, evasão escolar, gerando a reprodução da exclusão educacional, já que tais consequências impedem qualquer possibilidade de emancipação. (CUSTÓDIO, 2009, p. 95-96)

Frequentemente, as crianças e adolescentes ficam em contato com substâncias químicas, objetos perigosos, além das longas jornadas, do trabalho da penosidade que provocam fadiga, envelhecimento precoce e inúmeras doenças que podem comprometer toda a sua vida. (CUSTÓDIO, 2009, p. 100)

Efeitos decorrentes do cansaço, do esforço, da falta de higiene e de todas as adversidades que são obrigados a se sujeitar, provocam vários prejuízos ao desenvolvimento físico do infante. Dessa forma, sequelas crônicas de difícil tratamento, como problemas pulmonares e cutâneos, derivam do calor excessivo e do contato com permanente com outras pessoas. (MENDELIEVICH, 1980)

Dentre as consequências relativas à saúde, destacam-se, da mesma forma, os riscos decorrentes da exposição solar, diante desta análise foi possível compreender que a falta de conhecimento das leis existentes e a exclusão de acesso ao direito as famílias mais pobres afetam diretamente as crianças e adolescentes podendo causar danos inseparáveis.

REDAÇÃO (D)

Tenho 17 anos e estou no ensino médio, com meus estudos adquirir muito conhecimento sou uma adolescente que tenho o robe de ler, tenho um sonho de ser uma juíza, não e por que o destino mim surpreendeu com essa medida socioeducativa que vou parar de sonhar, vou cumpri a medida como determina a lei.

Sobre o ECA, eu entendo que é muito importante na infância e juventude principalmente pra nós que estamos cumprindo medidas socioeducativa,

precisamos de amparo integral e políticas públicas voltada para as nossas necessidades, tanto no âmbito social, e psicológico.

Eu tenho um conhecimento do ECA, por que sempre morei em abrigo e lá as tias nos ensinavam sobre o ECA, sei o artigo 4, que falar sobre a saúde, profissão, alimentação, a convivência familiar o que nunca tive, liberdade e outro direito referente a criança e os adolescentes.

Sei que no estatuto da criança e adolescentes temos muitos direitos, mais nem todos são favorecidos, se não fosse a existência do ECA, talvez não teríamos os direitos que estou tendo hoje com a medidas socioeducativa.

O ECA, mudou a situação de muitas crianças e adolescentes do mundo todo, começando pela diferencia de idade, uma delegacia especializada e juizado da infância para atender esse público, combate ao trabalho infantil, nós dar oportunidade de profissionalização para trabalhar no menor aprendiz, e nós garantindo proteção integral.

ANÁLISE REDAÇÃO (D)

Entre todas as redações a C foi a única que demonstrou um conhecimento mais aprofundado a cerca o ECA, ela frisa importância das políticas públicas para a proteção integral de todos aqueles que estão em medidas socioeducativas.

Que segundo (VOLPI,2011) Os regimes socioeducativos devem constituir-se em condições que garanta o acesso do adolescente às oportunidades de superação de sua condição de exclusão, bem como de acesso a formação de valores positivos de participação na vida social.

Percebemos que através do conhecimento do ECA, a adolescente tem convicção que esta lei mudou a realidade de muitas crianças e adolescentes, destacando a diferença de idades e também atendimento judicial, o a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente trouxe um tratamento jurídico dado ao adolescente autor de ato infracional rompendo com a antiga justiça de Menores e seu referido Código de 1979.

ECA sabemos ele trouxe uma punição de acordo com a idade da criança do adolescente, sendo até os 12 (doze) anos de idade incompletos aplicável as medidas de proteção e dos 12 (doze) anos completos até os 18 (dezoito) anos incompletos aplicável as medidas socioeducativas.

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente estabeleceu uma nova forma de ver, compreender e entender estes adolescentes; que a adoção da doutrina de proteção integral em detrimento ao velho paradigma se situação irregular acarretou mudanças influenciando no trato da questão infracional.

Adolescente também se refere a intervenção do ECA sobre do trabalho infantil, e a oportunidade de profissionalização através do trabalho do Menor aprendiz que em seus artigos;

o **art. 60** do Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe que: “É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz”, ou seja, entende-se, por este artigo que, o trabalho só é reconhecido quando ostentando um caso específico: o de aprendiz.

Nessa análise ficou bem claro para a pesquisadora que devido a adolescente relatar que sua vida toda morou em abrigo, percebe que desde da sua infância a adolescente foi excluída do direito de proteção do familiar como está estabelecido no ECA.

O artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) E também o artigo 277 da Constituição Federal diz: “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar com absoluta prioridade a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”.

Com Análise da redação D ficou claro para a pesquisadora que o conhecer do ECA, para as adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativa traz uma nossa roupagem de empoderamento de seus direitos estabelecidos nas leis de proteção da criança e juventude em nosso Brasil.

O Sistema Nacional Socioeducativo que regulamenta a execução das medidas destinadas aos adolescentes que foram instituídas pela Lei 12.594/2012, que alterou o ECA, passando a sua execução a ser tratada a partir do artigo 35 da referida lei, que trouxe inovações ao direito da Criança e do Adolescente.

REDAÇÃO (E)

ENTREI NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO, COMO AGENTE SOCIOEDUCADOR EM NOVEMBRO DE 2021, ATRAVÉS DO PROCESSO DE SELEÇÃO, ONDE OS REQUISITOS BÁSICOS ERAM: TER EXPERIÊNCIA COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES, SABER PREENCHER FORMULÁRIOS E OU RELATÓRIOS.

AO ADENTRAR O CENTRO DE INTERNAÇÃO RECEBI INFORMAÇÕES SOBRE ALGUNS PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA, QUANTO A MINHA PESSOA E A PESSOA DAS ADOLESCENTES E DEMAIS FUNCIONÁRIOS. ASSIM, COMO TODO O FUNCIONAMENTO DO CENTRO E QUE AS ADOLESCENTES SÃO PROTEGIDAS EM CONFORMIDADE COM O ECA, ESSAS INFORMAÇÕES FORAM REPASSADAS MUITO SUPERFICIALMENTE PELO COORDENADOR DE SEGURANÇA. ALI TAMBÉM RECEBI

UM PANFLETO COM AS INFORMAÇÕES SOBRE O PAPEL DO SOCIOEDUCADOR, ONDE OS PRINCIPAIS ITENS: CUIDAR DA SEGURANÇA DAS ADOLESCENTES DENTRO E FORA DO CENTRO E EM ATIVIDADES EXTERNAS; NÃO CEDER A CERTAS VONTADES E QUERERES DAS ADOLESCENTES; ACOMPANHAR AS ADOLESCENTES EM SALA DE AULA E NAS ATIVIDADES ALI DESENVOLVIDAS; GUARDÁ LAS NO ALOJAMENTO ETC.

DEPOIS DE UM TEMPO PERCEBI QUE TODOS OS SOCIOEDUCADORES, OU SEJA, TODA A EQUIPE QUE ALI TRABALHA, BEM COMO AS ADOLESCENTES PRECISAM ESTUDAR E CONHECER O ECA, PARA NÃO COMETEREM ERROS EM RELAÇÃO AOS DIREITOS DAQUELAS QUE EM CERTA ALTURA DA VIDA, JÁ ESTÃO COM SEUS DIREITOS SENDO VIOLADOS E MUITAS DAS VEZES PELO DESCONHECIMENTO DOS DIREITOS PELAS PRÓPRIAS FAMÍLIAS.

FALA SE TANTO SOBRE O ECA, PORÉM, CONHECEMOS MUITO POUCO SOBRE O ESTATUTO.

A GRANDE MAIORIA DOS SOCIOEDUCADORES NÃO CONHECEM NEM SEUS PRÓPRIOS DIREITOS, IMAGINA OS DIREITOS DAS ADOLESCENTES?

ÀS VEZES ALGUNS DIREITOS SÃO VIOLADOS OU NEGLIGENCIADOS LÁ COM AS ADOLESCENTES POR PARTE DO AGENTE OU DE OUTROS FUNCIONÁRIOS, NÃO VEJO SER POR MÁ INTENÇÃO, MAS POR FALTA DE CONHECIMENTO DOS DIREITOS.

PORTANTO, ACREDITO QUE O PRIMEIRO PASSO NO PROCESSO DE SELEÇÃO OU APÓS A SELEÇÃO SERIA FAZER UM ESTU DO REGIMENTO INTERNO DO CENTRO; DO ECA; LEI DO SINASE/CONANDA...OS PRINCIPAIS PONTOS DAS REFERIDAS LEIS, PARA MELHOR DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO COM ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI.

ANALISE DA REDAÇÃO (E);

Análise trouxe a compreensão da necessidade que alguns agentes educadores sócias apresenta sobre o conhecimento de seus direitos, e das políticas e leis que garantem os direitos e deveres dos adolescentes, para muitos profissionais isso tornou um grande desafio de não saber desempenhar adequadamente seu papel, visto que precisa exercer duplo papel, na segurança e nas atividades de ressocialização.

Por falta de conhecimento das políticas e leis como Estatuto da Criança e do Adolescente, percebe-se que, esses profissionais se esforçam para cumprir o seu papel com muita dificuldade, sendo eles que passam o maior tempo com os adolescentes em cumprimento medidas socioeducativas

Apesar de serem educadores sócias que tem a missão de contribuir influenciarem positivamente nos processos de desenvolvimento dos

adolescentes que cumprem medidas socioeducativa, precisam receber formação profissional específica (SOUZA,2012).

De acordo com (ASP,207). Este mesmo profissional precisa saber trabalhar em equipe assumir o compromisso de seguir as normas da unidade e as orientações recebidas; estabelecer uma boa Comunicação com seus colegas, mantendo se informado e repassando as informações para outros turnos de trabalho; mostrar presença na relação com os adolescentes, adotando uma postura firme e comunicando-se com clareza e segurança.

Tendo eles um papel de reeducar o adolescente interno devem estar preparados para os desafios das atualidades, o trabalho não é o de punir, mas o de ressocializar. RE (1996, p.39).

Um dos fatores que desafiam esses profissionais é a constante necessidade da manutenção da postura firme diante do adolescente que pode interferir na criação de vínculos e dificultar o desempenho de atividade educadoras (ADAM; BAUER,2013).

De acordo (NETO,1998, p.33), " a necessidade de um atendimento especial educacional para esse público funda-se pela sua condição peculiar, ou seja, de pessoas em desenvolvimento.

Deste modo estes indivíduos estão em fase de modificação e aprendizado, quer dizer que para tanto, necessite exemplares, amparo do apoio de todos que estão a sua volta do familiar da sociedade e do Estado, VERONESE e OLIVEIRA (2008, p.113).

Conforme (HUNTER,2006): Desta forma, a atuação dos agentes socio educadores se dá de forma integrada e comprometida com uma visão global do adolescente, independente das diversas formações; é preciso haver a construção da identificação com os profissionais, pois ensinar é dar exemplos.

A Lei nº 12.594 de 18de janeiro de2012, que instituiu o SINASE, preconiza nos artigos 23º e 26º a necessidade de políticas de pessoal quanto a qualificação, aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e condições de trabalho, além da melhoria e ampliação da capacitação dos operadores do Sistema de Atendimento Socioeducativo (BRASIL,2021).

Ferreira (2014) afirma que o educador é um agente importante no processo mediador, pois tem o papel de oportunizar a construção coletiva do conhecimento. E acompanhar diariamente a rotina dos adolescentes, sendo assim, podem inspirar estes através de condutas além de promover espaços para criação de veículos ANDRADE (2017).

Diante da análise do estudo da redação E, a pratica pedagógica no contexto da socio educação não deve ter o foco apenas nos parâmetros curriculares, mas

buscar atingir todas as esferas do desenvolvimento do indivíduo, contribuindo para a formação social deste (ANDRE,2017).

FERREIRA (2008) Enfatiza a necessidade dos profissionais conheçam a lei para que seu cumprimento ocorra adequadamente. Como afirma OLIVEIRA (2010); é precioso que os profissionais estejam agregados a uma cultura de integração e de, constituindo a comunidade socioeducativa.

Com o conhecimento que os agentes socioeducativos venham absolver sobre o ECA, eles podem contribuir de forma significativa para a mudança de vida, a reconstrução de trajetórias e construção de novos projetos de vida dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativa, através da utilização de intervenções no processo socioeducativo (BISINOTO et al.2015).

As unidades que possuem habilitação para cumprimento das medidas em programas de privação de liberdade devem oferecer serviços educacionais em instalações adequadas ao cumprimento das atividades (BRASIL,20

3.Conclusão

Levando em consideração os objetivos do estudo de analisar se os servidores e as adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativa na unidade de Internação Feminina na cidade de Manaus Amazonas AM, tinham conhecimento do Estatuto da criança e adolescente ECA.

Os dados da pesquisa mostram através das redações escritas pelas adolescentes e servidora, representadas pelas letras A, B, C, D, E, ente (04) quatro adolescente que estar no Centro Socioeducativo de Internação Feminina, apenas (01) entre todas as redações (D) foi a única que trouxe um entendimento do Estatuto da criança e do adolescentes ECA, reconhecendo que todos em cumprimento de Medidas Socioeducativa precisa de amparo e proteção integral e políticas públicas voltadas para as suas necessidade.

Adolescente percebe-se que o conhecimento do ECA trouxe outras perspectivas de vida, como se profissionaliza e futuramente ser um Juíza.

Isso mostra para pesquisadora o quanto o conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente pode contribuir na vida familiar, social, profissional, na educação e ressocialização destes adolescentes que chegam na Unidade de Internação Feminina.

Como nos mostra os dados da pesquisa são adolescentes que adentam na unidade já com seus direitos violados sejam por parte da familiar a sociedade ou até mesmo do Estado, são muitos fatores que contribui para o ato infracional por parte destes adolescentes como distorção de idades e série com abaixo, médio,

ou nenhum nível de leituras e escritas, adolescentes fora da escola, exploração do trabalho infantil, abandono familiar, envolvimento com o tráfico de drogas.

Com base no estudo realizado mostra na redação(A) que a adolescente só veio ter conhecimentos do Estatuto da Criança e do Adolescente através da celebração do dia Internacional do Estatuto da Criança e do Adolescente que se comemora no dia 13/ 7 julho na Unidade de Internação Feminina.

Foi possível observar através das análises da redação (B) que adolescente só veio ter alguns conhecimentos de seus direitos estabelecidos no ECA, através dos atendimentos com a equipe técnica formada por Assistente Social, Psicóloga, de acordo com o ponto de vista da pesquisadora não é o suficiente para ressocializa, reeducar estes adolescentes em conflito com a leis.

Os dados da redação (C) mostraram que apesar do ECA ter trinta ano de existência e ser o marco regulatório dos direitos da criança e do adolescente ainda e desconhecidos como nos mostra adolescentes em sua redação que não conhecia e que só veio ter esse conhecimento através da pesquisadora.

Diante da exposição dos dados coletados da redação (E) ficou comprovado para a pesquisadora que o Sistema Socioeducativo de Internação Feminina na cidade de Manaus AM. Precisa-se reavaliar a prática pedagógica como salientar a Lei nº12.594 de 2012 SINASE, e também o ECA Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe da proteção integral da Criança e do Adolescente.

Por fim concluímos que estudo realizado no dia 22/02/202 pela pesquisadora Narisonete Sombra Pinheiro Campelo, resultou na percepção de que o ECA, não é trabalho em sala de aula, e não disponibiliza o acesso deste conhecimento na unidade de forma construtiva que garanta o conhecimento de seus direitos mesmo estando previstos no ECA, e na Lei de Diretrizes e Bases em seu artigo32, a obrigatoriedade de se aborda esse conteúdo.

Ficou tão evidente a falta de atividades pedagógica como oficinas, seminários, palestra, rodas de conversa, cursos de capacitação para os profissionais permiti levar os esclarecimentos das leis que amparam esses adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativa, que deveriam ser feitas com eficaz pelo órgão competente já em funcionamento dentro da unidade.

O estudo mostrou que a instituição possui fragilidades relacionadas a insuficiência de estimular a reflexão sobre conhecimento das leis para esse público, no entanto, estas podem interferir desenvolvimento das potencialidades destes ser humano.

De acordo com Silva (2017), é essencial que, para o cumprimento das Medidas socioeducativas, sejam observados fatores que podem interferir no bem estar do adolescente.

Esta pesquisa serve de conhecimento estatístico das necessidades que os adolescentes, e agentes educadores social de ter acesso ao conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente e outras leis dentro da unidade de internação feminina na cidade de Manaus AM.

5. Referências

BRASIL, Constituição de República Federativa do Brasil, 1988.

Lei nº 8069 de 13/07/ 1990, ESTATUTO da CRIANÇA e do ADOLESCENTE (ECA). In: Estatuto da Criança e do Adolescente e Legislação Congênere. Secretaria de Justiça dos Direitos Humanos /RS – Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente- CEDICA – RS, abril. /2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria, Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. SÃO Paulo: Atlas, 210.

BAPTISPA, M, V. Algumas reflexões sobre o sistema de garantia de direitos: Revista Social e Sociedade, São Paulo, n. 109, p. 179-199, Jan /mar.2012, disponível em < h tít.: //www.scielo. bar / p.f./ sssco /n109/a10n109.pdf>. Acesso em :10 set.2014.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Resolução nº 1013/ 2006. Dispõe sobre os parâmetros para institucionalização -e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direito da Criança e do Adolescente. Ministério Público. Rio Grande do Sul, 19 abr. 2006. Disponível em < http://www.mprs.mp.br/infância /legislação / id2410.htm? impressão =1>. Acesso em: 10 set. 2014.

LEI nº 8.242/ 91, CONSELHO NACIONAL DO DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE -CONANDA.

BRASIL. Lei nº 12594/18/01/212. SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO (SINASE). SECRETARIA DE JUSTIÇA DOS DIREITOS HUMANOS /RS – CONSELHO ESTATUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CEDICA -RS, ABRIL. 212.

DECRETO Nº 17.943-A, DE 12 DE OUTUBRO DE 1927. CÓDIGO DE MENOR (1927); CÓDIGO MELO MATTOS.

FOTOURA, B.P A. aplicação da doutrina de proteção integral da criança e do adolescente pelo jurídica brasileiro. 2011, 62p. Monografia (Direito). Faculdade de Ciências Jurídica e Social (FAJS), Centro Universidade de Brasília (UNI-CEUB), Brasília,2011. Disponível em :<<http://repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/314/3/2062365.pdf>>. Acesso em :15 out.2014;

MONFREDINI, M.1. Proteção integral e garantia de direitos da criança e do adolescente: desafios á intersetorialidade /2013,282p. Tese (Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2013. Disponível em <<http://kw.biblioteca.digital.univap.br/documento?conde=00915797sfd=y>>. Acesso em :17 out.2014.

ADAMI, A.; BAUER, M. Perfil e prática do agente de segurança socioeducativa: Recomendações para a Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas de Minas Gerais. 2013, 161 fl. Dissertação (Mestrado em Gestão e Políticas Públicas) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2013.

ANDRADE, M.M.R. Produção de sentido das práticas pedagógicas na socio educação. 2017, 301 fl. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 6.697 de 10 de outubro de 1979. Institui o Código de Menores. Brasília, DF, 1979. Disponível em: Acesso em: 06 abr. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990. Disponível em: Acesso em: 05 abr. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 12.594 de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinaxe), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. Brasília, DF, 1990. Disponível em: Acesso em: 05 abr. 2019.

BATISTA, S.A. A reincidência de atos infracionais por adolescentes: uma revisão sistemática da literatura. 2017, 30 fl. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social) – Universidade de Brasília UnB. Brasília, 2017.

BISINOTO, C. et al. Socio educação: origem, significado e implicações para o atendimento socioeducativo. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 20, n. 4, p.575-585, out./dez. 2015.

CALZA, T.Z.; DELL'AGLIO, D.D.; SARRIERA, J.C. Direitos da criança e do adolescente e maus-tratos: epidemiologia e notificação. SPAGESP, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 14- 27, 2016

Apêndices e anexos